
A Juventude como Objeto Sociológico

As Contribuições Analíticas de Pierre
Bourdieu

Gustavo de Faria Lopes*
José Elias Domingos Costa Marques**
Renato Gomes Vieira***

A mocidade

*A mocidade é como a primavera!
A alma cheia de flores, resplandece,
Crê no bem, ama a vida, sonha e espera,
E a desventura facilmente esquece.*

*É a idade da força e da beleza:
Olha o futuro e inda não tem passado;
E, encarando de frente a Natureza,
Não tem receio do trabalho ousado.*

*Ama a vigília, aborrecendo o sono;
Tem projetos de glória, ama a Quimera;
E ainda não dá frutos como o outono,
Pois só dá flores como a primavera!*

Olavo Bilac

Campo fértil e atraente, alimentado pelo seu caráter multidisciplinar, o estudo sobre juventude progressivamente vem entrando na agenda de pesquisas atreladas a diferentes eixos investigativos, como política, movimentos sociais, periferia, gênero, educação, religião, música e violência. Em igual proporção ao interesse analítico, cresce também a relativização sobre o que significa juventude e como *ser jovem*, configurando-se em sintonia com contextos socioculturais diversos e específicos.

Ao enunciar provocativamente, em entrevista concedida no ano de 1978 para a jornalista Anne-Marie Métaillé, que a “juventude é apenas uma palavra”, o sociólogo

* Doutorando em Sociologia (Universidade Federal de Goiás) e docente efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

** Doutor em Sociologia (Universidade Federal de Goiás), docente efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e coordenador do Observatório Juventudes na Contemporaneidade - GO.

*** Doutor em Sociologia (Universidade Federal de Goiás) e docente efetivo da Universidade Federal de Goiás – Departamento de Educação.

francês Pierre Bourdieu pontua o formato analítico no qual devemos problematizar os jovens em sua inserção dialética nas esferas de disputa social do poder: enquanto uma categoria passível de inúmeras interpretações, exatamente pela sua heterogeneidade interpretativa. A juventude, neste sentido, deve ser pensada no plural, pois é construída socialmente enquanto uma realidade cultural imersa de valores e usos simbólicos.

Bourdieu não se debruçou especificamente na temática das *juventudes*, no sentido da lapidação de um contributo teórico denso sobre esta categoria. Não há um livro do sociólogo que versa vetorialmente sobre o assunto. Contudo, seu arcabouço de ideias apresenta-se como extremamente relevantes para a reflexão analítico-crítica desta categoria. Este artigo sustenta-se neste caráter contributivo de algumas de suas obras: debater juventudes elencando conceitos-chave bourdiesianos, como capital, campo e habitus, no ensejo de questões relacionadas a educação, cultura e conflito geracional.

Apontamentos analíticos acerca da temática Juventudes

Em um denso levantamento da produção acadêmica na pós-graduação brasileira sobre a temática “Juventude”, Spósito (2009) diagnostica que em diferentes campos do conhecimento, dentre eles as Ciências Sociais, o referido tema incorpora-se como uma demanda progressivamente crescente de análises cuja perspectiva tangencia desde o próprio trabalho epistemológico de conceituação do termo, quanto da relação do mesmo com áreas como o mundo do trabalho, relações de gênero, educação, mobilização social e participação política.

Um aspecto essencial quando pensamos na abordagem científica sobre Juventude, diz respeito ao próprio conceito em si. O que significa essencialmente Juventude? Como delinear o que é ser jovem, dentro de sua característica terminológica plural e polissêmica? Em total sinergia com o posicionamento de Faria (2010), acreditamos que uma demarcação etária, por si só, é insuficiente para apreender a complexidade do significado do ser jovem. Segundo a autora, isto se deve ao fato dessa categoria guardar vínculos com uma gama de condições. Ela é perpassada por múltiplos condicionantes, dentre os quais os impactos emanados da condição de classe social, do gênero, contexto histórico, da etnia, do nível cultural da família, do espaço geográfico e das formas de sociabilidade. A formulação do conceito de juventude prender-se-ia assim aos termos de uma dada condição juvenil.

É possível notar ainda muitas concepções que tratam a juventude como uma etapa natural do desenvolvimento humano. Ser jovem, neste sentido, seria possuir determinadas características, passíveis de enquadramento analítico e geralmente associadas a aspectos problemáticos como turbulência e conflitos. Seria, em referência a Pais (1993), a “juventude como problema”. Verificamos então uma juventude aparecendo “cada vez menos associada a uma categoria de idade e cada vez mais a um conjunto diversificado de modos de vida” (PAIS, 1993, p. 378).

Todavia, os enfoques de abordagens direcionadas as concepções de juventude podem assumir outras formas, tal como sugere Krauskopf (2000), sistematizadas em analisar a juventude, para além de uma etapa problemática, como um ator estratégico do desenvolvimento social, como sujeito das políticas e como período preparatório. Este posicionamento reforça a ideia de Dayrell (2003), para qual a juventude não é única, não deve ser vista apenas de um prisma, por meio de um parâmetro. É preciso então adotá-la a partir da perspectiva da heterogeneidade, percebendo as diversas formas de ser jovem e enquadrar dentro de uma configuração social específica.

O leque de delineamentos etários da juventude enquanto categoria etária é visível ante a observação das classificações empreendidas por diferentes organismos nacionais e internacionais. Entretanto, percebe-se uma predominância no delineamento etário de 15-24 anos, em consonância com os critérios adotados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Mesmo esta tendência (e óbvia possibilidade) ao alinhamento etário não suplanta o posicionamento de ser o critério da idade *insuficiente* quando pensamos em debater sobre uma categoria que assume traços tão distintos. Para Souza (2009), não podemos perceber os jovens como um grupo social homogêneo, pois os mesmos constituem um agrupamento de sujeitos que só tem em comum a idade. Nas palavras da autora, é preciso então:

Distinguir a fase da vida e os sujeitos, ou seja, não se pode misturar juventude e os jovens; o primeiro é a fase, e o segundo são os sujeitos que vivem uma diversidade. Qualquer reflexão supõe pensar a tensão entre a inserção na estrutura social e a fase da vida (SOUZA, 2009, p. 49).

Debater sobre Juventude invariavelmente recai na comparação e demarcação conceitual em relação ao conceito de adolescência. Observa-se, por exemplo, tanto na classificação etária da UNICEF (tendo como referência o próprio termo “adolescente”

utilizado em seus relatórios), como nos marcos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Abramo (2005) ressalta que a noção de adolescência é mais bem delimitada que a noção de juventude, sendo este fruto de um debate mais recente e menos estabelecido. O marco diferencial desta Juventude, segundo Abramo, projeta-se na sua representatividade enquanto um momento distinto do processo de transição para a vida adulta, estando então mais próximos do âmbito de circulação e atuação dos adultos. Esta inserção em diversas esferas da vida social toma relevo maior, embora vivenciadas de forma singular. Entram aí as noções de desenvolvimento e preparação em conjunto com as noções de experimentação e inserção.

O “ser jovem” demarca-se justamente pela sua característica não demarcativa, à mercê de uma condição social peculiar em um contexto histórico particular. Incongruente então pensar em juventude como um dom esgotável, uma simples etapa de transição ou um mero delineamento etário. Por esta razão, torna-se uma atividade bastante perigosa, e porque não arbitrária, estabelecer um critério de idade universal que seja válido para todos os grupos sociais e em todas as épocas.

Aderimos então aqui a perspectiva apontada por Bertollo (2008), que sugere ser mais importante não trabalhar com um conceito único de juventude, mas com uma multiplicidade de condições juvenis, uma vez que são muitas e diversas as formas sociais envolvendo os jovens. Considerar essa diversidade de condições juvenis torna-se fundamental, seguindo este pensamento, para a compreensão das formas atuais de participação social e política dos jovens, marcada por seu caráter segmentado e pela diversidade de ações e de espaços de atuação.

A perspectiva histórica neste sentido é legitimada pelas substantivas alterações ao longo do tempo e espaço social do que se pode denominar “juventude”. O contexto histórico específico demanda situações sociais específicas, conceptivas na diversidade do reconhecimento do próprio indivíduo “jovem” na sua esfera de vivência.

Exemplificamos o pensar no jovem de gerações distintas carecendo de pré-requisito, o reconhecimento de atribuição da identidade imerso neste ambiente geracional específico. Definições de juventudes são então produtos essencialmente culturais, não estão isentas de contradições históricas. Abonando esta afirmação podemos alentar o desmembramento e distinção, no século XV, de categorias humanas como criança, juventude e adultos realizada pelos humanistas e religiosos (ARIÈS, 1981), assim como a perspectiva medieval com as delimitações assumindo características etárias (infância -

0 a 7 anos, puberdade - 8 a 13 anos, adolescência - 14 a 21 anos e juventude - 22 a 30 anos), sendo o ingresso na vida política etariamente iniciava-se aos 40 anos frente ao fim da idade dos perigos (GUIMARÃES e GRINSPUN, 2008)

Concluimos então a necessidade epistemológica de conceber as categorias de adolescência e juventude como uma construção sócio histórica, cultural e relacional nas sociedades contemporâneas. Enquanto uma categoria *inventada* pelos adultos (SOUZA, 2009), pensar em juventude é pensar em juventudes, no sentido plural em todos os aspectos, o que remete a pontualidade genial de Bourdieu (1983) quando afirma que Juventude é apenas uma palavra. É neste ensejo que passamos agora a dissertar sobre o importante sociólogo francês.

Pierre Bourdieu: “A juventude é apenas uma palavra”

O legado teórico do sociólogo francês Pierre Bourdieu o credencia como um dos intelectuais mais influentes do século XX. Sua vasta obra, como aponta Valle (2007), compreende mais de 40 títulos, num universo de 300 publicações. Sustentando o anseio em desbancar enraizadas antinomias nas ciências sociais, como estrutura e história, objetivismo e subjetivismo, interpretação e explicação, a originalidade de Bourdieu se ancora em diferentes objetos de estudo, que englobam desde a leitura crítica da produção sociológica até estudos voltados para a questão da juventude, perpassando, como referência disciplinar, vários campos de pesquisa além da sociologia, como educação, comunicação e antropologia.

Na gama do extenso universo das abordagens conceituais em Bourdieu, privilegiaremos neste artigo alguns aspectos centrais em sua obra, como a noção de estrutura, de *habitus*, o conceito de campo e a noção de poder, e por fim, sua perspectiva analítica sobre a temática da juventude.

Bourdieu preocupa-se intensamente na polarização da problemática epistemológica entre o objetivismo e a fenomenologia: sua resposta repousa no conhecimento praxiológico como um tipo de abordagem que articula diretamente o ator social e a estrutura social. Assim, os sistemas de relações objetivas demandam diretamente articulação dialética com as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-la.

A pretenciosa intenção de Bourdieu de superar a dicotomia de oposição mencionada recai na possibilidade de lapidar perspectivas sociológicas clássicas.

Durkheim, aludindo ao imperativo de analisar os fatos sociais como coisas, destaca a transcendentalidade do social, onde toda ação social origina-se de um denominador comum representativo longe da possibilidade de manuseio pelo ator social. Weber, por outro caminho, escora-se na sociologia compreensiva, reconhecendo os fenômenos sociais partindo das condutas do indivíduo. E Marx, que mesmo tendo Bourdieu reconhecido sua visão de sociedade enquanto um fenômeno social total, criticado é pelo mesmo por ter negligenciado forças repousadas na realidade subjetiva, em prol da insistência determinista estrutural. Como conhecer a objetividade social sem negligenciar as interações e ações na esfera individual? Esta questão legitima o pensamento weberiano como uma reação fenomenológica ante a “hegemonia” objetivista durkheimiana. Neste cenário novamente reafirmamos a natureza pretensiosa, porém bem sucedida encarada por Bourdieu de quebrar este diálogo dicotômico pela praxiologia.

Basándose en la teoría social clásica de Marx, Durkheim y Weber, (Bourdieu) intenta unir el programa de Marx para una sociología de La reproducción con el programa de Durkheim para una sociología genética de las formas simbólicas, junto con las funciones sociales de los bienes simbólicos y las prácticas simbólicas de Weber.¹

A insurgência de Sartre contra a sociologia que ele denomina *objetivista* é reconhecida por Bourdieu, como é possível visualizar no livro *O senso prático* (2009), especificamente quando analisa a antropologia imaginária do subjetivismo. Bourdieu confirma a rejeição sartreana a essas realidades obcecadas por uma consciência supra individual que o organicismo procura encontrar, à mercê da sua separação da atividade passiva que existem organismos individuais e realidades matérias inorgânicas, e que “não abre qualquer espaço a tudo o que, tanto do lado das coisas do mundo quanto do lado dos agentes, poderia turvar o limite que seu dualismo rigoroso pretende manter entre a transparência pura do sujeito e a opacidade mineral da coisa” (BOURDIEU, 2009, p.72-73).

Se por um lado o subjetivismo universaliza a experiência que o sujeito do discurso erudito faz de si mesmo como sujeito, o objetivismo universaliza a relação erudita como objeto da ciência. Assim, a teoria da ação em Bourdieu, ou seja, a teoria das relações entre os agentes e as condições objetivas (estruturas) oscila eternamente num ou outro escrito, entre essa visão objetivista que refreia as liberdades e os anseios individuais a um

¹ Brubanker, 1985, p.747 *apud* Boyer, 1996, p.77.

determinismo exterior e mecânico e intelectual e uma visão subjetivista e finalista, que substitui os antecedentes da explicação causal pelos fins futuros do projeto e da ação intencional, ou, caso se queira, a expectativa dos aditivos que virão.

Nesta linha de argumento se embasa também sua crítica a teoria da escolha racional (*rational choice*), esta que vem permeando estudos econômicos principalmente preditivos e, na ciência política, de natureza neo-institucional (MARQUES, 2007). Bourdieu ataca diretamente a limitação envolta sob o ator na passividade constante de calcular ações no horizonte de sua habilidade ótimo-racional. Capacidade única da escolha racional, segundo Bourdieu, de apenas relacionar as únicas condições objetivas às diferenças registradas na prática. Ou seja, esta teoria oscila entre um subjetivismo exagerado (*ultrassubjetivismo*) finalista da consciência sem inércia, cuja finalidade em si mesmo é o motor que recria o mundo constantemente, e o determinismo mecanicista, que acaba reduzindo a ação a uma reação mecânica às determinações mecânicas. O indivíduo neste cenário não está livre, ao contrário, está preso, contemplado numa visão limitada e parcial, sendo pressionado pela evidência da razão e pela necessidade lógica do cálculo racional.

A origem dos atos pelo ator racional, impulsionado por uma intenção da consciência, associa-se, para Bourdieu, em uma concepção estrita, limitada, no viés da vontade de obter por um mínimo custo o máximo de benefícios. Podemos citar como exemplo um partido político que, envolto na premissa legal de ser o filtro institucional do aspirante a candidato, do candidato à carreira política, terá como finalidade ótima irremediavelmente o sucesso eleitoral².

Bourdieu, em dissonância, projeta a inerência rasa do economicismo finalista, apontando que as práticas podem ter outros princípios além das causas mecânicas ou dos fins conscientes e ser conivente a uma lógica econômica não obedecendo aos interesses limitados por esta. Plenamente aceitável a ideia do que ele denomina “*economia das práticas*” (BOURDIEU, 2009, p. 84), que significa uma razão conectada às práticas, sem ascendência tanto nas determinações de mecanismos superiores e exteriores aos agentes quanto nas deliberações da razão como cálculo consciente. Existem para Bourdieu, portanto, ações que são razoáveis sem necessariamente ser o produto de um objetivo razoável. Somada ao ponto de que as ações podem ser sim coerentes e passíveis de

² Vide os trabalhos de Olson (1999), Tsebelis (1998) e North (1990).

compreensão sem serem originárias de uma finalidade de coerência e de uma decisão deliberada. Não existe uma economia da prática, mas economias, resenhadas pelo sociólogo como campos de lutas abarcando espécies de capital que ali se engajam.

Ortiz (1994) destaca que Bourdieu critica o conhecimento objetivista, tendo em vista que a ação não pode ser considerada mais como simples execução na ótica bourdiesiana, mas sim como núcleo de significação do mundo. Assim, deve-se pensar na sociedade como intersubjetividade em contrapartida ao se pensá-la com totalidade. Ortiz destaca que a praxiologia bourdiesiana reintroduz o agente social esquecido pelo objetivismo, mas no intuito de superação argumentativa das proposições fenomenológicas, mesmo com a sua aproximação sociológica com a teoria dos atores de Weber e o interacionismo simbólico.

Lechte (2002) conecta, neste ensejo teórico, a aproximação estruturalista de Bourdieu quanto sua postura teórica, ante seus ensaios etnográficos publicados na década de 1970, delineando uma estrutura de três segmentos de conhecimento teórico, cuja etapa mais reflexiva será empregada para classificar os classificadores, para objetivar o sujeito objetivante e para conjecturar os próprios arbítrios de gosto³. O estruturalismo de Bourdieu singulariza-se porque o sociólogo reconhece a existência de estruturas objetivas, que são simultaneamente independentes da vontade dos agentes e inconscientes, entretanto não as concebe como realidades estáticas (THIRY-CHERQUES, 2006). Os agentes sociais e as relações de força que estes estabelecem entre si metodizam e são metodizadas pelas estruturas que norteiam a vida social.

A sua concepção de estrutura é dinâmica. É a de um conjunto de relações históricas, produto e produtora de ações, que é condicionada e é condicionante. Deriva da dupla imbricação entre as “estruturas mentais” dos agentes sociais e as estruturas objetivas (o “mundo dos objetos”) constituídas pelos mesmos agentes. As primeiras instituem o mundo inteligível, que só é inteligível porque pensado a partir das segundas. A reciprocidade da relação estabelece um movimento perpétuo, um sistema generativo autocondicionado – o *habitus* – que busca permanentemente se reequilibrar, que tende a se regenerar, a se reproduzir (BOURDIEU, 2009, p. 05).

O pensamento de Bourdieu, nesta orientação de relação dos agentes sociais e as estruturas sociais, aterrissa (e ampara toda sua linha argumentativa nas suas diversas publicações) no terreno de importantes conceitos, como *habitus*, campos, capital etc. Vale

3 Elementos estes vinculados justamente a esta utilização dialógica da fenomenologia e da sociologia objetiva.

ressaltar que Bourdieu não formula o conceito de *habitus*, este anteriormente já trabalhado por outros filósofos, tendo sua primeira incidência no pensamento grego, especificamente em Aristóteles (COELHO, 2011). Em várias obras de Bourdieu aparece a conceituação de *habitus*, mesmo conceito apresentado de forma diferente. Na obra *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (1996), temos:

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão de gostos diferentes (...). As diferenças associadas a posições diferentes, isto é, os bens, as práticas e sobretudo as maneiras, funcionam, em cada sociedade, como as diferenças constitutivas de sistemas simbólicos, como o conjunto de fonemas de uma língua ou conjunto de traços distintivos e separações diferenciais constitutivas de um sistema mítico, isto é, como signos distintivos. (BOURDIEU, 1996, p. 22)

Em *O Senso prático* (2009) vemos o *habitus* sendo descrito como

Sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor uma interação consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente reguladas e regulares sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU, 2009, p. 87).

A teoria da prática proposta por Bourdieu vislumbra possibilidade dos indivíduos realizarem suas ações sociais, destarte, objetivamente estruturadas no seio social. O conjunto de esquemas generativos que antecedem a ação reforça a noção do aporte prévio classificatório anterior a esta ação. Opções pessoais, por exemplo, não é um reflexo somente de nossa subjetividade, mas uma objetividade interiorizada. E nesta lógica de raciocínio repousa a argumentação sólida de Bourdieu referente às relações de dominação, como observa Ortiz (1994). Ou seja, esta relação de dominação é fruto dos sistemas de classificação que são engendrados pelas condições sociais, gerando uma distribuição desigual da estrutura objetiva de repartição dos bens materiais e simbólicos.

O *habitus*, reforça Bourdieu (2009), acaba por produzir as práticas coletivas e individuais da história, conforme os esquemas concebidos pela história. Sendo “*produto da história*” (p. 90), as experiências passadas garantem presença ativa, que garantem a

conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo. Isto ocorre porque estas experiências estão depositadas em cada indivíduo sob a forma de esquemas de pensamento, ação e percepção. Aliás, está neste caráter de historicidade a distinção entre o hábito e o *habitus*. Hábito são costumes adquiridos por repetição, e anexa-se com ações automáticas, manantes e constantes. O *habitus*, por sua vez, é incorporado ao longo da trajetória de vida do indivíduo, constituindo “aquilo que se adquiriu, mas que se encarnou no corpo de forma durável, mas não imutável, sob a forma de disposições permanentes” (BOURDIEU, 1983, p. 104).

Assim, a noção de *habitus* ilumina a dimensão de um aprendizado passado na obra do sociólogo francês. Sua intensa atenção analítica nos sistemas educacionais e seus instrumentos de reprodução e dominação evidenciam isso. A família, atuando estruturalmente na estruturação de experiências, incorpora à criança primariamente seus valores e crenças, afetando diretamente seu comportamento. A incorporação do que ele denomina *habitus* primário estão no cerne da base pedagógica constitutiva vistas posteriormente no princípio das experiências escolares. Cada trajetória de vida carrega um *pool* de experiências sociais, que servem de base para suas percepções, apreciações e ações (BOURDIEU, 1994).

Inseridos pelos elementos culturais, o *habitus* e as estruturas não podem (nem devem) ser pensados enquanto elementos imutáveis. Bourdieu acredita numa intensa transformação social de padrões rigidamente estruturados, mas que para isso é preciso romper com esses sistemas, e isto demanda a intensa retomada da história social do indivíduo e/ou grupo social, criticamente pensando em todas essas coisas que se tornaram tão comuns, tão evidentes que ninguém lhes presta atenção. Um exemplo desta possibilidade reflexiva de estranhamento e libertação urge das suas análises sobre o imperativo machista naturalizado em sua obra *A dominação masculina* (2003).

Wacquant (2002) diagnostica a característica mediadora do *habitus*, fortalecendo a cisão dualística senso comum da díade indivíduo e sociedade, ao captar a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade. A sociedade assim fixa-se nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos *determinados*, que então as orientam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e demandas do seu meio social existente.

Deste modo, o *habitus* possui, numa inserção aparentemente antitética de Bourdieu (2009), a capacidade de geração infinita sem deixar de ser limitada, uma vez que é uma tarefa pensar o *habitus* enquanto restrito às alternativas ordinárias do

determinismo e da liberdade, da consciência e do inconsciente, do indivíduo e da sociedade, alternativas estas que ele pretende superar. Por que

O *habitus* é uma capacidade infinita de engendrar em toda liberdade (controlada) produtos – pensamentos, percepções, expressões, ações – que sempre mantêm como limites as condições historicamente e socialmente situadas de sua produção, a liberdade condicionada e condicional que ele garante está tão distante de uma criação de imprevisível novidade quanto de uma simples reprodução mecânica dos condicionamentos iniciais (BOURDIEU, 2009, p. 91)

O *habitus* estabelece um sistema homológico entre agentes do mesmo grupo. Isto porque constitui um sistema subjetivo, mas não individual de estruturas interiorizadas, esquemas de percepção e ação. Estes elementos são comuns a todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe e constituem a condição de toda objetivação e de toda a percepção. Funda-se assim, segundo Bourdieu (1994, p. 79) “a concertação objetiva das práticas e unicidade da visão do mundo sobre a impessoalidade e a substitubilidade perfeita das práticas e das visões singulares”. Percebe-se que os indivíduos que possuem um *habitus* produto das mesmas condições objetivas pertencem a uma classe, com esquemas de percepção, de concepção e ação comuns, experimentam o mundo da mesma maneira e praticam nele da mesma maneira. Entretanto, o mundo social passível está de ser apresentado de maneiras diferentes para os agentes sociais, o que explica a tentativa de legitimação de processos muitas vezes injustos, como o vestibular, o acesso à informação e o capital político.

Os agentes sociais têm suas práticas envoltas na relação entre uma situação estruturada e um *habitus*. E o espaço, que transcende a relação entre os atores e onde as posições se encontram fixadas previamente Bourdieu denomina de *campo*. E existem diferentes campos que objetivam lutas em torno de interesses restritos ao campo. Montagner (2010) elucida que a gênese do conceito de campo pode ser pensada como o resultado de uma necessidade de centrar os agentes portadores de um *habitus* dentro do espaço no qual esse mesmo *habitus* havia sido concebido sob o piso da dominação e que, para tanto, pressupôs um arcabouço estável no qual essa dominação se reproduziria.

Existe uma limitação configurativa na esfera de ação do ator social. O trânsito de produtividade individual e da relação interacional vai de encontro com as limiaridades objetivas. Como numa partida de futebol, onde em tese os jogadores possuem liberdade para abusar das habilidades técnicas específicas, mas estas em total dependência do fomento coletivo e das regras que limitam a ação no jogo, regras estas impostas

estruturalmente. Jogar conforme as regras do jogo. Todavia, este jogo não é fruto de uma decisão deliberada, sendo sua regularidade muitas vezes não explicitada ou codificada.

Vislumbra-se com mais nitidez esta matriz de raciocínio quando dialogada criticamente com o interacionismo simbólico, posto como ilustração na representação teatral Goffmaniana. Ortiz (1994) destaca que a análise goffmaniana se encerra dentro dos limites de uma microssociologia, a interpretação proposta por Bourdieu abre a possibilidade de uma macrosociologia dos campos sociais. Assim, no interacionismo simbólico, predomina o resultado da interação, o ator agindo em relação ao seu parceiro, sendo os problemas de uma situação fechados dentro do âmbito individual. Em Bourdieu as relações subjetivas devem ser estudadas no contexto do campo específico. Assim, Ortiz reconhece a possibilidade de análises de cunho até estatístico nesta proposição sociológica de Bourdieu, ao passo que o interacionismo se prende restritivamente a uma análise compreensiva da realidade.

A noção de campo pode ser compreendida como campo de forças e de lutas simultaneamente, onde o campo de lutas busca transformar o campo de forças (BOURDIEU, 1994). As relações de poder se manifestam no campo, acarretando também uma luta concorrencial que circunda interesses específicos que caracterizam uma determinada área. O campo não é uma criação material, condensado temporalmente no limite do presente, mas um produto histórico, com interesse próprio, condicionando seu funcionamento. O resultado das ações que permeiam um campo atrela-se com seu desenrolar histórico. Não há ponto de vista unidimensional harmonicamente estável, mas um vasto complexo de interesses estimulantes à concorrência, rivalidades, lutas entre os indivíduos.

Enquanto um espaço social multidimensional cujas relações englobam interesses comuns, seus agentes não dispõem de recursos semelhantes, projetando assim internamente um espaço de disputa entre os que dominam e os que são dominados. Quanto mais poder (acúmulo de capital), maior a possibilidade de intervenção no campo. Visualizamos a estrutura do campo recheada de uma situação de relação entre forças que se mediam e se confrontam. Mas para que haja o reconhecimento de pertencimento a um campo específico, é preciso o reconhecimento justamente da luta em comum, tornando explícito o conjunto de interesses gerais ramificados em condições específicas de propensão de ação. E onde há propensão ao conflito, há também propulsão a acordos e perspectivas de acomodação.

Centremo-nos como exemplo na análise do sociólogo sobre o campo científico. Estes, em consequência das particularidades das suas funções e do seu funcionamento, “denunciam de maneira mais ou menos clara propriedades comuns a todos os campos” (BOURDIEU, 2000, p. 67). A característica geral do campo científico o assemelha a outros campos, justamente na forma como se dá estas relações de força e lutas, o jogo de interesses e lucros, suas relações de força e monopólios, mas revestidas estas invariantes em formas específicas. No campo da ciência, as práticas estão orientadas a atender interesses específicos e busca incessante de autoridade científica. Não é possível dissociar os conflitos inerentes à pesquisa, epistemológicos, da política. Toda pesquisa assim, mesmo buscando contemplar somente questões epistemológicas, não se desprende dos aspectos políticos inerentes ao campo. Visto de outra forma, o resultado da inerente polarização estrutural entre polos dominantes e dominados, à mercê da posse e ausência do capital social por um e outro reflete aqueles que possuem autoridade científica e aqueles que disputam legitimidade científica.

Bourdieu consegue assim articular com maestria a concepção de espaço social sobrepondo à noção de campo articulada à de prática e *habitus*. Um campo constitui-se assim num espaço de estruturação de posições, estas vinculadas com as prospecções de ação alimentadas pelo *habitus* do agente social.

Partindo deste preâmbulo geral de algumas ideias elementares de Bourdieu, estas que contemplam melhor sua visualização propositiva sobre juventude, passemos agora a expor concisamente algumas contribuições do sociólogo para os estudos na área temática objeto deste artigo. As contribuições navegam, por efeito, em sua entrevista concedida à Anne-Marie Métaillé⁴, cujo título é “*A Juventude é apenas uma palavra* (1983), mas que reverberam para elementares reflexões que diretamente conectam-se com objetos argumentativos em seu arcabouço teórico propositivo.

Em alusão ao próprio título do texto, Bourdieu sugere que o reflexo profissional do sociólogo é recordar que as divisões entre as idades são arbitrárias, ou seja, não existe e nem deve prevalecer uma exatidão demarcatória universal que recaia sobre a questão etária. Dito de outra forma, os significados e significantes do “*ser jovem*” em uma sociedade podem ter uma conotação totalmente diferente em outra. E esta visão aproxima-se em demasia com a concepção sedimentada na literatura analítica recente, que considera o uso do termo juventude no plural, pela sua característica que identifica os múltiplos

4 Publicada originalmente em Les ET le premier emploi, Paris, Association des Ages, 1978.

aspectos que marcam a diversidade entre os jovens. Nesta aproximação operacional, deve-se levar em conta a condição juvenil (significado histórico, geracional atribuído por uma sociedade específica à juventude) e a inerência das manifestações desta heterogeneidade juvenil circunscritas em uma mesma sociedade.

O olhar crítico de Bourdieu para as representações que objetivam abordar a categoria juventude enquanto uma unidade social, dotada de interesses comuns, possui sinergia exatamente com as representações analíticas que obliteram o viés da moratória adultocêntrica que muitas vezes insiste em desenhar características inerentes à uma suposta “cultura juvenil unitária”. Ao trazer este apontamento bourdiesiano para o debate no epicentro da sociologia da juventude, Pais (1990) aponta que esta sociologia precisa explorar sim as possíveis similaridades entre jovens e seus grupos sociais, mas essencialmente as diferenças sociais que entre eles existem. O arcabouço que compõe a referenciação das culturas juvenis (crenças, valores, práticas, símbolos e normas) pode ser inerente a esta etapa da vida do agente social, associando-se a uma noção de juventude, como também está passível de ser derivado, segundo Pais (1990), das gerações precedentes ou das trajetórias de classe na qual o jovem se inscreve.

No entanto, é preciso ter cautela na abordagem da temática sobre cultura e subcultura juvenil. Uma ênfase em determinada subcultura, por exemplo, como um arquétipo para padrões de comportamentos juvenis pode negligenciar a incorporação de outras categorias etárias desempenhando papéis-chave nela. Seria como tentar descrever uma espécie de homologia da subcultura. Em seu célebre artigo sobre subculturas juvenis, O’Connor (2004) explica que um formato bastante apropriado dentro da discussão sobre capital cultural e social e jovens é o do reconhecimento das redes de jovens e relações baseadas pela construção da confiança enquanto não apenas uma resposta subcultural às estruturas e instrumentos opressivos de coerção do mundo adulto, mas como um ambiente vital de demonstrar como a sociedade pode moldar-se ao novo.

O capital social dos jovens, e este resgate da premissa presente em Bourdieu é importante, não é apenas de valor imediato, respondendo a imediatismos que conjugam supostos interesses de uma categoria transitória. Pois as configurações dos contextos e eventos na vida dos jovens não são resultados da negação total do capital social como produto daquele incorporado na socialização familiar e escolar, mas preenchidos pela demanda social pela renovação e desenvolvimento da sociedade em sua totalidade.

Esta configuração analítica das dinâmicas da condição juvenil, que dialeticamente disputam acúmulo e maximização de capital resulta na criação de diferentes grupos e

formatos de se vivenciar a juventude oferecida por Pierre Bourdieu, é o que possibilita metodologicamente sua incorporação nos trabalhos da sociologia da juventude em variados eixos temáticos, como das trajetórias de transição para a vida adulta (CÔTÉ, 2002), estudos feministas (HOLLAND; RAYNOLDS; WELLER, 2007), raça e identidade (TAYLOR, 2005), movimentos de cultura e ação coletiva (MORENO; ALMEIDA, 2009), dentre tantas outras.

Em Bourdieu, portanto, há a reconhecimento de duas ou mais juventudes que acabam apresentando em uma sociedade fragmentada em classes polos distintos de possibilidades oferecidas. Parte daí seu apontamento para os acessos variados aos capitais atrelados aos campos de movimentação a depender da condição social do indivíduo. Cada campo possui suas leis específicas de acesso a vida adulta. Conhecer o corte geracional, para Bourdieu, significa conhecer esta especificidade dentro dos campos. E este apontamento condiciona as análises sobre juventudes dentro do rigor metodológico de ser sensível a estas particularidades de cada “juventude” em si e para si.

Bourdieu (1983) identifica uma fronteira que separa juventude e velhice enquanto objeto de disputas em todas as sociedades. Podemos pensar então, dentro desta lógica de conflito, num campo etário, onde a estrutura de divisão produz critérios de classificação, que acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação ao seu lugar. Às manifestações estéticas, artísticas, intelectuais, políticas, consumo, dentre tantas, impõe-se condições de demarcação de/para intervenção, onde cada enquadramento etário possui seu espaço de articulação. Ocorre então uma representação ideológica da divisão entre jovens e velhos. Importante destacar que Bourdieu reconhece que esta imposição de limites abarca também a questão de gênero e classe social.

Na realidade, é bastante difícil neste cenário explicativo a caracterização do que é jovem e velho. Bourdieu mesmo afirma que as toma em sua forma mais vazia. “Somos sempre o jovem ou o velho de alguém. É por isso que os cortes, seja em classes de idade ou em gerações, variam inteiramente e são objeto de manipulações” (BOURDIEU, 1983, p. 02). E árdua é a tarefa de compreensão das relações entre idade social e idade biológica, dada sua complexidade. A idade, neste sentido, é um dado biológico manipulado e manipulável. E que

O fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria

preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, entre as duas juventudes (BOURDIEU, 1983, p. 02).

O tipo de análise das diferentes juventudes biologicamente parelhas reforça a posição de Bourdieu que é incorreto subsumir, no mesmo conceito, universos sociais que praticamente não se assemelham. Como bem reforça Rocha (2006), a faixa etária e algumas características subjetivas e biológicas aproximam uma multidão, mas o contexto socioeconômico e cultural propicia experiências e fomenta juventudes diversas. Desta forma, em se tratando de Brasil e mesmo especificamente em um determinado município, temos contingentes de jovens em situação de vulnerabilidade e uma faixa bem menor providos financeiramente; jovens que são privados do estudo pela necessidade do trabalho e outros que conhecem a faceta do trabalho somente após cursar a Universidade; jovens que disputam um espaço na produção da cultura marginal e outros que atendem ao chamado dos influxos inúmeros de fomento ao capital cultural; realidades muitas vezes bastante diferentes que de maneira negligente podem ser interpretadas pela negação do conflito das disputas desiguais dentro de um determinado campo.

Portanto, existe a preocupação na teoria de Bourdieu com a intensa distinção alimentando diferentes juventudes ramificadas em classes sociais distintas. E a escola tem um papel central neste processo, porque se incumbiu de universalizar o acesso a si sem, entretanto, quebrar a lógica da reprodução das diferenças dentro de si. Os sistemas de ensino, na realidade, colaboram para a perpetuação das relações de desigualdade, pois existem disposições negativas nos sistemas de ensino que conjugam um acordo implícito ignorado, camuflado pela ideia de que todos tem acesso por igual a cadeia do conhecimento (BOURDIEU, 2009).

A experiência escolar é a experiência da ruptura. Mas ela carrega consigo o mal-estar do prolongamento escolar nos filhos das classes populares, jovens ansiando à chegada a vida adulta, do trabalho, ser reconhecido como “homem”. O *ser estudante*⁵, como um acordo tácito, acaba não sendo encarado da mesma forma, gerando mal estar e por vezes segregação. A escola gera um dos seus efeitos fundamentais, que é a “manipulação das aspirações” (BOURDIEU, 1983, p. 04). Ou seja, ela faz com que as pessoas tenham aspirações incompatíveis com suas chances reais. Se antes o antigo estado do sistema escolar tornava os limites fortemente interiorizados, fazendo com que os

5 Elementos diversos constitutivos da vida escolar, que vão desde os uniformes até a justificativa da dedicação exclusiva aos estudos com contrapartida a não trabalhar.

fracassos ou limites fossem considerados justos, atualmente Bourdieu enxerga estes desdobramentos pouco diferenciados entre si.

A juventude das classes populares de fato conseguirá descobrir como funciona o sistema de reprodução passando pela vida escolar. A ilusão juvenil libertadora da escola dá espaço a progressiva descoberta do sistema escolar como um intenso veículo de privilégios. As probabilidades objetivas para alcançar êxito estão ligadas justamente às estruturas de oportunidades que são oferecidas pelos jovens ao longo de sua trajetória de vida. Temos então disposições e predisposições enquanto fatores elementares na perpetuação das estruturas de oportunidades escolares, perceptíveis sob o ponto de vista das relações entre o sistema de ensino e relações de classe (BOURDIEU; PASSERON, 2009).

Bourdieu deixa claro, todavia, que isto não significa o que se entende comumente por processo de politização, tendo em vista ser

Um questionamento mais geral e mais vago, uma espécie de mal-estar no trabalho, algo que não é político no sentido estabelecido, mas que poderia sê-lo. Algo que se parece muito a certas formas de consciência políticas ao mesmo tempo cegas em relação a si mesmas. (...) Para explicar seu próprio fracasso, para suportá-lo, estas pessoas devem questionar todo o sistema em bloco, o sistema escolar, e também a família, com a qual elas estão ligadas, e todas as instituições, com a identificação da escola com a caserna, da caserna com a fábrica (BOURDIEU, 1983, p. 07).

Nesta perspectiva, é compreensível entender como é difícil romper politicamente, em se tratando do engajamento crítico da juventude pela ruptura social, quando imersos em uma instituição que possui como lógica específica conservar valores que fundamentam a ordem social. Todavia, não podemos atribuir a Bourdieu o imperativo categórico de que não existem possibilidades do “despertar” político dos jovens que violentamente são submetidos à distinção estruturada em campos com linhas de articulação muito bem delineadas.

Primeiro, é preciso reconhecer que a feição do engajamento dos jovens na política pode assim assumir distintos contornos, levando-se em conta que estamos falando de juventudes, onde socializações distintas e condicionantes sociais de representação da realidade alimentam com intensidade a pluralidade de seu *modus operandi*. São múltiplas as formas de participação, está não ocorre no vazio histórico e cultural, mas em “sociedades reais que carregam marcas singulares de sua história e as dificuldades específicas de seu presente” (CASTRO, 2008, p. 253).

Segundo, que Bourdieu aponta como primeiro passo para o rompimento da segregação das juventudes, legitimada por instituições como a escola, é o rompimento do discurso meritocrático via reconhecimento, acesso e valorização de bens culturais de jovens das classes inferiores, rompendo então com a camuflagem social atributiva da categoria jovem como um bloco monolítico. Não basta apenas um investimento escolar mais elevado (capital econômico), porque ele soma-se com o capital cultural para proporcionar uma relação diferenciada com os saberes. Acreditamos que é elementar as argumentações críticas da teoria do capital pela discussão sobre o diálogo entre agência e estrutura na vida dos jovens. Claro, não obliterando o diagnóstico do declínio juvenil dos comportamentos institucionalizados e suas relações com as mudanças no âmbito valorativo, pois as gerações atuais pouco se identificam com organizações hierarquizadas e burocratizadas, tendo preferências por experiências políticas não-convencionais.

O conflito de gerações é alimentado por estas ascensões, sendo que muitos conflitos de gerações são conflitos entre sistemas de aspirações constituídos em épocas diferentes. O que outrora foi conquista, hoje é necessidade, e o conflito ocorre no contexto do não suprimento desta demanda básica. Bourdieu enxerga neste processo um forte combustível para o que ele denomina “racismo anti-jovem” (BOURDIEU, 1983, p.08) oriundo das gerações mais velhas, manifestação visível nas estatísticas e potencializadas pelo declínio social que vem correspondendo à velhice. Nas lutas de classificação, os velhos invocarão a experiência na mesma toada que os jovens invocarão a competência garantida pelos títulos.

Neste contexto, Bourdieu faz a conexão escola-trabalho enquanto arena resplandecente deste conflito de gerações. “Os conflitos vividos como conflitos de gerações serão realizados, de fato, através de pessoas ou de grupos etários constituídos a partir de diferentes relações com o sistema escolar” (BOURDIEU, 1983, p. 09). A atual geração de jovens é mais qualificada para um emprego igual do que a geração precedente, e para além de todas as diferenças de classe, Bourdieu enfatiza que os jovens tem interesses coletivos, comuns de geração, fruto do inter-relacionamento com diferentes estados do sistema escolar.

O conflito entre jovens e velhos, entre gerações, precisa ser superado. Esta é a mensagem final de Bourdieu. Ele é temporariamente (e pontualmente) evitado quando os velhos conseguem regular o tempo de ascensão dos mais novos, regular carreiras e frear os jovens ambiciosos em pular etapas na ascensão social. Em contrapartida, quando se

perde os sentidos dos limites evidencia-se no objeto de disputa a transmissão de poder e os privilégios entre gerações.

Em síntese, Bourdieu reforça a tendência dos estudos contemporâneos sobre juventude em reconhecer as divisões etárias padrão como arbitrárias, o que muitas vezes oblitera uma imersão compreensiva pontuando os jovens não de acordo com sua idade, mas conectado a modos de vida, que se particularizam em contextos culturais diversos. Por isso que somos sempre o jovem ou o velho de alguém. E esta contraposição entre juventude e velhice remonta a construções sociais oriundas exatamente deste conflito de gerações. E a escola possui uma tarefa crucial sobre os jovens, reforçada pela progressiva inclusão escolar, e reproduzir nos jovens pela formalidade institucional os padrões sociais ramificados nas aparentes singularidades de *habitus*.

As contribuições acadêmicas nos estudos sobre os jovens pincelam com tonalidades mais incisivas o quadro da demanda de reconhecimento e respeito a esta categoria social. Podemos, por fim, posicionar Pierre Bourdieu como um artista nesta arte de ajudar a conhecer a juventude pelo seu estranhamento incessante.

Considerações finais

É inegável o legado teórico de Pierre Bourdieu, dentro da problemática sobre as práticas sociais se acomodando diante das condições externas e da apreensão da subjetividade do agente e a objetividade social, no espectro de reavaliação da dicotomia clássica solidificada entre indivíduo e sociedade. A incorporação bourdiesiana na abordagem do jovem enquanto sujeito social vem da sua inerência à abertura a um mundo de historicidade, com anseios, desejos e mergulhado no enquadramento societal a qual estará sempre sujeito, exatamente por ser uma categoria socialmente lapidada.

Os estudos sobre o jovem enquanto agente social e as juventudes enquanto categoria social direcionam em Bourdieu a possibilidade analítica pela apreensão das ações individuais não meramente pontuadas como um apêndice da estrutura social, garantida assim a liberdade de criação, ação e invenção, dispostas, em contrapartida, em esquemas generativos, pela intervenção estruturante na indicação de categorias de classificação. Os gostos musicais, as preferências gastronômicas, as indicações no mundo do trabalho, os engajamentos políticos são objetividades interiorizadas que de forma alguma podem ser analisadas à luz da valoração das subjetividades isoladas ou dos condicionantes holísticos segmentados por condições como a faixa etária. Charlot (2001),

incorporando com maestria os tratados de Bourdieu no conjunto de produção sobre sociologia da educação, sintetiza bem esta questão ao atribuir ao sujeito jovem a interpretação do mundo pela ótica do dinamismo questionador das regulações sob os auspícios, no caso específico de seu objeto de estudo, da educação.

Podemos interpretar em Bourdieu uma maneira útil e convincente de vincular preocupações sociais, ideias e instituições com o exame detalhado das preocupações cotidianas. E como um componente crucial de como os jovens negociam sua juventude através de negociações intergeracionais, onde seu *status* social é consolidado ou desafiado. As ferramentas teóricas oferecidas por Bourdieu possibilita com mais profundidade analisar, no conjunto das categorias juvenis, a relação dialética entre *habitus* e situação, componente elementar da prática. O reconhecimento da juventude pela negação da moratória de ordem adultocrata encontra terreno fértil se partirmos da compreensão do embate de posições dentro de um campo onde o capital social em disputa envolve a afirmação dos jovens como não essencialmente condicionados a comportamentos desviantes, visão tal qual sustentada nos primórdios do reconhecimento de uma Sociologia da Juventude na Escola de Chicago na década de 1920.

Enfim, juventudes são uma realidade palpável, possuem particularidades geracionais, elevada em um espaço de tempo com duração transitória e sempre passível de modificações. A “irresponsabilidade provisória” dos jovens aludidas por Bourdieu (1983) faz com que as análises sobre as trajetórias labirínticas encorpadas em singularidades que se multiplicam no cotidiano de suas vivências culturais elevem este objeto de estudo como um desafio não somente para sociologia da juventude, mas também no campo das Ciências Humanas.

Referências

ABRAMO, H. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, et al (org.). *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2005.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BERTOLLO, M. *Juventude e participação política: motivações, trajetórias e representações*. Vitória. Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1994.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

_____. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.b.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BOYER, P. La sociologia de Pierre Bourdieu. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 76, 1996.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. Resolução Nº 02/2012 de 23 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o Edital de Convocação da Assembleia de Eleição de representantes da Sociedade Civil no CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE para o período de 2 (dois) anos. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/eleicoes-conjuve-2012/edital>. Acesso em 22 de janeiro, 2011.

BRASIL. _____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 11 de mar. 2011.

CASTRO, L.R. Participação Política e Juventude: do mal-estar à responsabilidade frente ao destino comum. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253- 268, jun. 2008.

CHARLOT, B. *Os jovens e o saber: perspectivas mundiais*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

COELHO, S.R. *Apontamentos sobre o método de Pierre Bourdieu no âmbito das Ciências Sociais*. Universidade Federal do Paraná. Monografia de conclusão de curso. Curitiba, 2011.

CÔTÉ, J.E. The Role of Identity Capital in the Transition to Adulthood: The individualization thesis examined, *Journal of Youth Studies*, 5(2), 2002. p. 117-134.

DAYRELL, J. O Jovem Como Sujeito Social. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro. n.24. set/dez, p. 4-13, 2003.

FARIA, A.L. *Juventude, contextos e participação política*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica, 2010.

GUIMARÃES, G. e GRINSPUN, M. Revisitando as origens do termo juventude: a diversidade que caracteriza a identidade. In: Site da 31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT20-4136--Int.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro, 2011.

HOLLAND, J; RAYNOLDS, T; WELLER, S. Transitions, Networks and Communities: The significance of social capital in the lives of children and young people. *Journal of Youth Studies*, 10(1), 2007, p. 97-116.

KRAUSKOPF, D. Dimensiones críticas em la participación social de las juventudes. In: S. Balardini (org). *La participación social y política de los jóvenes en el horizonte Del nuevo siglo*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

LECHTE, J. *50 Pensadores Contemporâneos Essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade*, Rio de Janeiro: Editora Difel, 2002.

MARQUES, J.E.D.C. Na busca dos novos líderes: compreendendo o surgimento de candidatos à disputa política pela ótica do neo-institucionalismo da escolha racional. *CSONline-Revista eletrônica de Ciências Sociais*. Ano I, Edição 01, Rio de Janeiro, Fev. 2007.

MONTAGNER, M. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. *Tempus - Actas de Saúde Coletiva - Antropologia e Sociologia da Saúde: novas tendências*, 2010.

MORENO, R; ALMEIRA, A. O engajamento político dos jovens no movimento hip-hop. *Revista Brasileira de Educação*. V.14, nº40, jan/abr 2009.

NORTH, D. *Institucional Change* – teory and empirical findings. Oxford Review. London, 1990.

O'CONNOR, A. The sociology of youth subcultures. *Peace Review* 16:4, December (2004), p. 409-414.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva* – uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp: 1999.

ORTIZ, R. A procura de uma sociologia da prática. In: *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1994.

PAIS, J.M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), p. 139-165.

_____. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PINTO, L. *Do papel social à individuação*: as sociologias do indivíduo e suas implicações para a pesquisa educacional. I Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade e educação. PUC. Curitiba, Nov. 2011.

ROCHA, M. C. Juventude: apostando no presente. *Imaginário*, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 205-233, jun. 2006.

SOUZA, C. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. *Revista Última Década*. Nº 20 Cidpa Viña Del Mar. PP 47-69. Junio, 2009.

SPÓSITO. M.P. A pesquisa sobre jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006). In: _____ (Coord.). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: graduação brasileira Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

TAYLOR, G. *Buying Whiteness: Race, Culture, and Identity From Columbus to Hip Hop*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

THIRY-CHERQUES, H. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *RAP* Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006.

TSEBELIS, G. *Jogos Ocultos*. São Paulo: EDUSP, 1998.

VALLE, I. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. *Educação e Pesquisa*, v.33, n.1, p. 117-134, São Paulo, jan./abr. 2007.

WACQUANT, L. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 19, p. 95-110, nov. 2002

Endereços eletrônicos

IBGE – Indicadores Sociais – População Jovem do Brasil. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/default.shtm.

Juventude brasileira e democracia – participação, esferas e políticas públicas. Relatório Final, 2005. Disponível em: www.idrc.ca/uploads/user/11340655531ibase_relatorio_juventude.pdf.

Organização Iberoamericana de Juventude – Disponível em: http://www.oij.org/es_ES.

Organização das Nações Unidas – Disponível em: <http://www.un.org>.

Unicef - Relatório “Situação da Adolescência Brasileira - 2011”. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf.

RESUMO: O estudo sobre juventude é um campo de caráter multidisciplinar e vem entrando na agenda de pesquisas de diferentes eixos investigativos. Cresce também a relativização sobre o que significa juventude e como *ser* jovem. O artigo realiza um debate sobre o conceito de juventude, tomando como eixo alguns conceitos-chave da teoria sociológica de Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: Juventude, Bourdieu, Sociologia da Juventude.

ABSTRACT: The study on youth is a multidisciplinary field and has been entering the research agenda of different investigative axes. There is also growing relativization about what youth means and how to be young. The article discusses the concept of youth, taking as its axis some key concepts of Pierre Bourdieu's sociological theory.

Keywords: Youth, Bourdieu, Sociology of Youth.